

RIBEIRO, Orlando Leite

*militar e diplomata; rev. 1922; emb. Bras. Argentina 1953-1956.

Orlando Leite Ribeiro nasceu em Conservatória, município de Valença (RJ), no dia 2 de maio de 1889, filho de Celso Leite Ribeiro e de Maria Leite Ribeiro.

Cursou o primário no Ateneu Moura Lacerda e o secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Sentou praça em março de 1917 ao ingressar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sendo declarado aspirante-a-oficial em janeiro de 1921. Em abril foi transferido para o estado de Mato Grosso, onde comandou a 1ª Bateria do 5º Grupo de Artilharia de Costa da Fortaleza de Coimbra. Foi promovido a segundo-tenente em maio do mesmo ano e transferido para o 10º Regimento de Cavalaria Independente (10º RCI). Em setembro seguinte, passou a servir na Escola Regimental do 10º Regimento de Cavalaria, em Bela Vista (MT).

Em junho de 1922 foi transferido para o 3º Regimento de Cavalaria Divisionária, em Dom Pedrito (RS), regressando no mês seguinte a Mato Grosso. Aí auxiliou o general Clodoaldo Rodrigues da Fonseca, comandante da 1ª Circunscrição Militar desse estado, na execução dos objetivos da Revolta de 5 de Julho de 1922, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. A revolta envolveu, no Rio de Janeiro, o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar e, em Mato Grosso, o contingente do Exército local. Foi debelada no mesmo dia por já ter o Rio de Janeiro se rendido, sendo feito um pacto de deposição de armas entre o general Clodoaldo da Fonseca e o governo Epitácio Pessoa. Em outubro de 1922, Orlando Leite Ribeiro foi promovido a primeiro-tenente.

Em abril de 1927, quando o movimento rebelde da Coluna Prestes, que congregou os movimentos tenentistas anteriores, foi obrigado pelas tropas legais a internar-se no Paraguai (sob o comando de Antônio de Siqueira Campos) e na Bolívia (sob o comando de Luís Carlos Prestes), Orlando Leite Ribeiro, então exilado em Buenos Aires, atuou ativamente como elemento de ligação entre esses dois comandantes tenentistas. Em fevereiro de 1928 foi condenado a um ano e quatro meses de prisão por sentença do juiz Sá e Albuquerque devido à sua participação na Revolta de 5 de Julho de 1922.

Com a vitória da Revolução de 1930 em outubro, que levou Getúlio Vargas à chefia

do Governo Provisório, foi designado em novembro seguinte para servir junto à interventoria federal em São Paulo, onde colaborou na organização do Departamento das Municipalidades desse estado. Ao fim da gestão do interventor federal em São Paulo, o “tenente” João Alberto Lins de Barros, apoiou o movimento encabeçado pelo general Miguel Costa, principal líder da Legião Revolucionária, que impediu Plínio Barreto, do Partido Democrático (PD), de assumir a interventoria. O governo foi entregue ao juiz Laudo Ferreira de Camargo.

Em março de 1932, Orlando Leite Ribeiro pediu demissão do serviço ativo do Exército, passando para a reserva como capitão por haver sido nomeado cônsul de terceira classe. Nesse posto, exerceu a função de assessor técnico-militar da delegação brasileira à Conferência do Desarmamento, reunida em Genebra, na Suíça. Em setembro do mesmo ano foi exonerado dessa função e nomeado adido comercial junto às representações diplomáticas do Brasil em Buenos Aires, Montevideu, no Uruguai e Assunção, no Paraguai.

Em Buenos Aires, durante o ano de 1933, manteve constante correspondência com Getúlio Vargas, informando-o sobre a conspiração que se tramava no Prata pelos exilados paulistas, derrotados na Revolução Constitucionalista de 1932. Em novembro do mesmo ano integrou a delegação brasileira à Conferência do Desarmamento, em Genebra, atuando ainda como delegado do Brasil à Comissão Mista do Protocolo Adicional ao Tratado de Navegação entre o Brasil e a Argentina.

Em fevereiro de 1934 foi dispensado das funções de adido comercial e nomeado segundo-secretário da embaixada brasileira em Buenos Aires. Nesse posto, exerceu as funções de consultor técnico da delegação do Brasil à Conferência Comercial Pan-Americana, em maio de 1935, e de secretário da delegação do Brasil à Conferência da Paz para a Solução do Conflito do Chaco, em julho do mesmo ano. Foi membro da comissão incumbida de proceder ao estudo das questões constantes do programa da Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, para a Solução do Conflito do Chaco, reunida em Buenos Aires em outubro de 1936, e secretário da delegação do Brasil à referida conferência, em novembro seguinte. Em dezembro de 1936 foi portador da carta do presidente argentino Agustín Pedro Justo ao presidente brasileiro Getúlio Vargas solicitando a deportação do dirigente comunista argentino Rodolfo Ghioldi, que se

encontrava preso (em consequência do Levante Comunista de 1935 no Brasil) e gravemente enfermo.

Paralelamente à sua missão diplomática, contribuiu ativamente para a política do governo Vargas a partir do período durante o qual serviu em Buenos Aires. Em 21 de janeiro de 1938 enviou carta ao ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, relatando a campanha da imprensa argentina contra a situação política brasileira em consequência do golpe de novembro de 1937, que implantou no país o Estado Novo. Em outra carta endereçada ao mesmo ministro relatou planos de ação contra o governo brasileiro feitos por elementos exilados em Buenos Aires. Em fevereiro de 1938, ainda como segundo-secretário, integrou a missão especial à posse do presidente da República Argentina, Roberto Ortiz.

Designado em abril do mesmo ano delegado suplente do Brasil na delegação à Conferência da Paz para a Solução do Conflito do Chaco, realizada em La Paz, na Bolívia, assinou como representante brasileiro o Tratado de Paz, Amizade e Limites entre a Bolívia e o Paraguai em 21 de julho de 1938. Em dezembro desse ano foi nomeado conselheiro comercial do Ministério das Relações Exteriores, com jurisdição nas representações diplomáticas do Chile, Peru, Equador e Bolívia. Serviu em Santiago do Chile de dezembro de 1938 a dezembro de 1939, no Peru, desse mês a fevereiro de 1940 e de novo em Santiago, dessa data a março de 1941. Foi ainda agente de ligação entre o Ministério do Exterior e o Banco do Brasil, servindo na Carteira de Importação e Exportação até junho de 1941.

Em fevereiro de 1943 foi nomeado ministro de segunda classe, exercendo as funções de chefe da Divisão de Fronteiras até outubro de 1943 e de representante especial do Ministério das Relações Exteriores no diretório central do Conselho Nacional de Geografia e Estatística até novembro do mesmo ano. Membro da delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada no Rio de Janeiro em agosto de 1944, representou o Itamarati junto ao X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Rio de Janeiro nesse mesmo ano.

Nos primeiros meses de 1945, com o início da redemocratização do país, Orlando Leite Ribeiro desempenhou importante papel nos acontecimentos que determinaram a concessão da anistia geral aos presos políticos que fizeram oposição à ditadura de Vargas, atuando como elemento de ligação entre o dirigente comunista Luís Carlos Prestes, preso

desde 1935, e o presidente Vargas.

De maio a outubro de 1946, ainda como ministro de segunda classe, foi representante substituto do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. Nomeado cônsul-geral em novembro de 1946, foi removido para o Rio de Janeiro e aí trabalhou na Secretaria do Itamarati até abril de 1948, sendo transferido em seguida para Lisboa, onde permaneceu até outubro de 1950.

Promovido a ministro de primeira classe em junho de 1951, foi designado embaixador em missão especial para representar o Brasil nas solenidades de posse do presidente do México, em outubro de 1952. Em outubro do ano seguinte, nomeado embaixador, voltou a Buenos Aires, onde permaneceu até março de 1956. Foi chefe da delegação do Brasil à reunião regional da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) da ONU, realizada em Buenos Aires em setembro de 1954. Em junho de 1956 foi transferido para Lima, no Peru, onde ficou até seu falecimento, no dia 11 de junho de 1962.

Era casado com Vera Belfort Roxo Leite Ribeiro, com quem teve duas filhas e dois filhos, estes, Fernando Leite Ribeiro e Guilherme Leite Ribeiro, também diplomatas.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CONSULT. MAGALHÃES, B.; DULLES, J. *Getúlio*; *Globo* (12/6/1962); HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; MIN. REL. EXT. *Anuário* (1962, 1963); SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1939; SILVA, H. 1945; TÁVORA, J. *Vida*.